

# O sistema urbano de Salvador e sua inserção no contexto nacional

SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA\*

## I. INTRODUÇÃO

A organização do espaço nacional, dentro de uma perspectiva abrangente em que o componente internacional está também presente, é um complexo de relações dinâmicas entre regiões de diferentes níveis e funções, com destaque para o papel de comando das cidades. Estas assumem, em diferentes situações, a posição de centros nacionais, regionais e sub-regionais, dentro de um sistema de relações político-administrativas, econômicas, sociais e culturais. Esta organização espacial, com variados níveis de integração, reflete o funcionamento do sistema político, econômico e social mas ela também atua sobre o mesmo como um de seus componentes oferecendo, por exemplo, maiores ou menores facilidades às mudanças numa perspectiva espaço-temporal de desenvolvimento. É importante destacar, a esta altura, que a análise do quadro de organização espacial real deve visar, sobretudo em nossa realidade, a introdução de inovações, em termos ideais mais factíveis, que possibilitem melhorar o bem estar das populações. Em outras palavras, estas pesquisas devem objetivar proposições fundamentais sobre a questão da eficiência e da equidade inserida nos arranjos espaciais.

O arcabouço teórico desta análise reside na associação das Teorias Locacionais com as proposições sobre a Organização Espacial e o Desenvolvimento Regional, ou seja, um amplo conjunto de idéias que destaca a localização dos fenômenos e as interações decorrentes como aspectos básicos da dinâmica dos processos espaciais. Nestes, o papel integrador e dirigente das cidades é o mais importante de todos, já que as mesmas organizam, em forma de sistema, as atividades setoriais da economia e de outras áreas a nível espacial. São fundamentais na compreensão destes

---

\* Dept.º de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

aspectos as proposições da Teoria das Localidades Centrais e as numerosas contribuições decorrentes sobre o processo de distribuição de bens e serviços e sua integração com as demais atividades a nível espacial. A integração teórica acima proposta permite uma eficiente base para a análise da hierarquia urbana, das áreas de influência das cidades, do nível de especialização urbana, das relações entre centros urbanos e regiões, dos mecanismos de difusão de inovações com elevada abrangência social e espacial e dos problemas e perspectivas de desenvolvimento regional em um contexto nacional.

Este trabalho tem um particular interesse na análise das modificações ocorridas no sistema urbano de Salvador a partir de sua progressiva inserção na economia nacional, alterando substancialmente o quadro regional anterior, do tipo primário-exportador, responsável pelo típico modelo de primazia urbana pré-existente. Esta análise será desenvolvida dentro de uma perspectiva histórico-espacial, com destaque para as últimas quatro décadas, período em que se iniciou e se expandiu a inserção do sistema urbano do Estado da Bahia, comandado por Salvador, no contexto nacional. Com isto, são evidenciadas as relações geradoras das estruturas sócio-econômicas e espaciais, definidoras, em última instância, das características e da funcionalidade de um sistema urbano-regional dentro de um contexto espacial mais amplo.

## II. EVOLUÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL<sup>1</sup>

A colonização portuguesa, com a preocupação de ocupar um imenso território habitado por grupos indígenas dispersos, percebeu, quase meio século após a chegada dos primeiros europeus, que seria importante a existência de um centro urbano que coordenasse todo o processo de colonização. Assim, surge em 1549 a Cidade do Salvador, cuja característica maior é, de certa forma, a de ter sido fundada *ex-nihilo* (Mattoso, 1978).

O retardamento do aparecimento de núcleos urbanos se deve também ao fato de que no início da colonização a principal atividade econômica era a exploração do pau-brasil, atividade esta de caráter disperso e pontual. Esta situação é posteriormente superada, pois a necessidade de ocupar e garantir o território, alia-se a decisão de se criar um expressivo mercado produtor de açúcar que suprisse o mercado consumidor europeu em expansão.

A atividade açucareira é fixadora da população em quantidade expressiva, justificando, por conseqüência, a existência de núcleos urbanos de apoio e um porto de escoamento, no caso Salvador que vê esta atividade somada às de caráter administrativo e político. Entretanto, se a atividade açucareira é responsável pelo surgimento de um esboço de rede urbana

<sup>1</sup> Este item contou com a colaboração do geógrafo Renato Gomes Carneiro Filho, Bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq.

no Recôncavo (junto com as culturas ancilares) e pela projeção de Salvador, ela é também responsável pela fraqueza do setor manufatureiro em função da dependência da Metrópole. A expansão da pecuária se dá também como uma necessária extensão do espaço econômico do Recôncavo. Instala-se, desta forma, o chamado modelo primário-exportador único (e, porque não dizer, associado ao "secundário"-exportador) com pequena integração do território brasileiro. A prevalência nacional de Salvador neste aspecto é de caráter político-administrativo e isto até meados do século XVIII, quando perde esta primazia para o Rio de Janeiro. Este modelo necessitava somente de uma metrópole (comercial, administrativa e portuária) regional e de núcleos menores dispersos nas zonas de produção. Outras atividades implantadas posteriormente mantêm este mesmo padrão.

Como diz F. de Oliveira (1982), estas características vão permanecer, durante muito tempo, quase inalteradas. Os diversos ciclos tradicionais da economia brasileira, terminando no ciclo mais marcante da recente história econômica brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consiste nessa extrema polarização: de um lado, uma série numerosa de cidades pequenas e, de outro, algumas cidades grandes, que eram exatamente as sedes onde se processava o controle seja burocrático, seja do capital comercial.

Isto levou a caracterizar a precedente estrutura urbana brasileira como sendo débil e desintegrada, existindo "arquipélagos" urbano-regionais com pequena ou nenhuma complementaridade. As relações eram mais intensas com o Exterior.

Esta característica explica a macrocefalia da cidade do Salvador assim como de várias outras grandes cidades coloniais brasileiras, gerando uma maximização do *facies* burocrático ao tempo em que se insere no âmbito da circulação internacional de mercadorias. Os demais sistemas produtivos que se implantam no Estado da Bahia (pecuária, mineração, algodão, cacau, sisal, hortigranjeiros, etc.), voltados, seja para o mercado exterior, seja para o mercado regional, vão contar já com a primazia de Salvador que, aliás, passa a ser reforçada com estas novas atividades.

Dois estudos de geógrafos devem ser mencionados com destaque para bem caracterizar este período, pouco antes das grandes modificações recentes. O primeiro deles é o de Milton Santos sobre o "Papel Metropolitano de Salvador" (1956), comparando, pioneiramente, a posição primaz de Salvador com o restante do Estado. O segundo, de Aluizio Duarte, "Irecê: uma área agrícola *insulada* no sertão baiano" (1963) — o grifo é nosso — mostra uma região intensamente cultivada para abastecimento, sobretudo do Estado, em meio ao sertão de pecuária extensiva.

Este padrão, com variações relativamente pequenas, que caracteriza a fase de exploração mercantilista abrange todo o período de colonização e chega a alcançar as primeiras décadas deste século. A partir daí, o mesmo sofre uma transformação radical com a implantação da economia industrial

no País, que vem dar um novo arranjo ao espaço brasileiro, levando a economia a um intenso processo de crescimento com profundas repercussões espaciais.

O desenvolvimento industrial que emerge, no País, nas primeiras décadas deste século, com o papel da 1ª Grande Guerra dificultando as importações de produtos industriais, ganha forma com a crise econômica de 1929, culminando com a bancarrota do café favorecendo uma diversificação na aplicação de capitais, solidifica-se durante o segundo pós-guerra. As dificuldades dos parques fabris europeu e norte-americano, em função da guerra, responsáveis pelo atendimento da demanda brasileira em produtos manufaturados, aliada à crise da economia primário-exportadora nacional, sobretudo apoiada no café, e o vigoroso papel do Estado, são os três principais elementos de explicação do processo de industrialização do País.

Graças a este relativamente rápido período de mudança na industrialização, impõe-se “no espaço econômico uma estrutura polarizada tipo centro-periferia” (Becker, 1972) criando as condições para a integração do sistema econômico-espacial nacional, a nível inter-setorial e a nível espacial. Historicamente, a industrialização encontrou no Sudeste do País, particularmente em São Paulo, as condições necessárias para sua instalação e desenvolvimento concentrado. Esta região continha as mais dinâmicas áreas agrícolas do País, sobretudo a partir do início deste século, atividades estas responsáveis pela intensa acumulação de capital e de força-de-trabalho, fatores de grande importância para o processo de industrialização.

Este fato vai inverter radicalmente o quadro da hierarquia urbana brasileira. Assim, por exemplo, a cidade de São Paulo, emergindo como centro polarizador de caráter nacional, é rapidamente alçada, em pouco mais de meio século, à condição de maior aglomeração urbano-industrial do País e da América Latina. Somente o crescimento absoluto da cidade de São Paulo, nos últimos períodos censitários, equivale à população total já atingida pelas diferentes regiões metropolitanas do País, tomadas isoladamente, à exceção da do Rio de Janeiro. Assim, por exemplo, a cidade de São Paulo passou de 5,9 milhões em 1970 para 8,4 milhões em 1980, com uma diferença de 2,5 milhões, superior ao total da população da Região Metropolitana de Salvador em 1980 (1,7 milhões). A tabela anexa a este item mostra a evolução das 10 maiores cidades brasileiras no período 1872-1980. Salvador, de 2º lugar em 1872 e em 1890, chega a cair para a 6ª posição em 1970 e, significativamente, atinge o 4º lugar em 1980. Por outro lado, São Paulo de 10º lugar em 1872 e 2º já em 1900, chega à primeira posição em 1960, distanciando-se cada vez mais do Rio de Janeiro, a 2ª cidade do País. Belo Horizonte, que neste levantamento só aparece a partir de 1940, em 7º lugar, atinge a 6ª posição em 1950, a 4ª em 1960 e a 3ª em 1970, conservando esta posição em 1980.

Em termos de integração nacional, consolida-se, portanto, o Sudeste como centro da economia brasileira e promove-se progressivamente a articulação inter-setorial e inter-regional sobretudo via desenvolvimento dos

transportes rodoviários e melhoria nas comunicações, atingindo todo o País.

Esta integração econômica acentua profundamente os desequilíbrios regionais no Brasil, como bem esclarece o estudo comparativo internacional de Williamson (1965) através do qual fica demonstrado que o País ocupava a 1ª posição em termos de disparidade regional no mundo. Segundo Becker (1972), a integração, neste modelo centro-periférico, acontece ocorrendo simultaneamente o dinamismo nas áreas centrais e a depressão econômica nas regiões periféricas, já que estas, dotadas de organização sócio-econômica arcaica e rígida, fundamentada na economia agrária tradicional, não puderam acompanhar o surto de industrialização do País.

TAB. 1: Evolução da posição hierárquica de Salvador em relação aos 10 maiores municípios das capitais — 1872/1980.

a) 1872		b) 1890	
Municípios das Capitais	População Presente	Municípios das Capitais	População Presente
Rio de Janeiro	274.972	Rio de Janeiro	552.651
SALVADOR	129.109	SALVADOR	174.412
Recife	116.671	Recife	111.556
Belém	61.997	São Paulo	64.934
Niterói	47.548	Porto Alegre	52.421
Porto Alegre	43.998	Belém	50.064
Fortaleza	42.458	Fortaleza	40.902
Cuiabá	35.987	Manaus	38.720
São Luís	31.601	Niterói	34.269
São Paulo	31.385	Terezina	31.523

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1971, p. 42.

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980, p. 74.

c) 1900		d) 1920	
Municípios das Capitais	População Presente	Municípios das Capitais	População Presente
Rio de Janeiro	811.443	Rio de Janeiro	1.157.873
São Paulo	239.820	São Paulo	579.033
SALVADOR	205.813	SALVADOR	283.422
Recife	113.106	Recife	238.843
Belém	96.560	Belém	236.402
Porto Alegre	73.474	Porto Alegre	179.263
Curitiba	59.755	Niterói	85.238
Niterói	53.433	Curitiba	78.986
Manaus	50.300	Fortaleza	78.536
Fortaleza	48.369	Manaus	75.704

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980, p. 74.

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980, p. 74.

e) 1940

Municípios das Capitais	População Presente
Rio de Janeiro	1.764.141
São Paulo	1.318.539
Recife	352.727
SALVADOR	294.253
Porto Alegre	275.678
Campos	225.443
Belo Horizonte	211.650
Belém	208.706
Fortaleza	182.241
Santos	169.889

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, ano VI, 1941/1945, p. 35.

f) 1950

Municípios das Capitais	População Presente
Rio de Janeiro	2.413.152
São Paulo	2.227.512
Recife	534.468
SALVADOR	424.142
Porto Alegre	401.213
Belo Horizonte	360.313
Fortaleza	280.084
Belém	260.608
Campos	240.829
Santos	206.920

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, ano XI, 1950, p. 45

g) 1960

Municípios das Capitais	População Presente
São Paulo	3.781.446
Rio de Janeiro	3.281.908
Recife	788.336
Belo Horizonte	683.908
SALVADOR	649.453
Porto Alegre	635.125
Fortaleza	507.108
Belém	398.222
Curitiba	356.830
Niterói	243.189

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980, p. 74.

h) 1970

Municípios das Capitais	População Presente
São Paulo	5.684.706
Rio de Janeiro	4.207.322
Belo Horizonte	1.167.026
Recife	1.100.464
Porto Alegre	932.801
SALVADOR	892.392
Fortaleza	846.069
Curitiba	616.548
Nova Iguaçu	478.319
Campos	389.045

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, Vol. 31, 1970, p. 45

i) 1980

Municípios das Capitais	População Presente
São Paulo	8.584.896
Rio de Janeiro	5.184.292
Belo Horizonte	1.814.990
SALVADOR	1.525.831
Fortaleza	1.338.733
Recife	1.240.897
Brasília	1.202.683
Porto Alegre	1.158.709
Curitiba	1.052.147
Belém	949.463

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, 1980, p. 75. Resultados preliminares).

### III. NOVO RELACIONAMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA

Neste item, pretendemos estabelecer um confronto do sistema urbano do Estado da Bahia com a problemática do desenvolvimento regional e nacional. Um destaque será dado ao grau de articulação com o resto do País e com o resto do mundo, repercutindo na organização interna da região, ou seja, do sistema urbano comandado por Salvador.

Primeiramente, observa-se que o dinâmico processo de urbanização no Estado da Bahia, criando um amplo mercado potencial, não foi ainda acompanhado por uma concomitante e profunda reestruturação do importante setor primário da economia, no sentido de garantir uma oferta proporcional à expansão urbana. Apesar de várias adaptações, temos uma visível contradição na economia baiana que já a mesma depende exageradamente de importações de produtos agrícolas da região central, muitos de fácil substituição. Por outro lado, a posição relativa dos três setores da economia baiana só recentemente sofreu modificação substancial, comparável à que ocorreu na economia brasileira. Senão vejamos:

TAB. 2: Participação relativa dos 3 setores econômicos do Produto Interno Líquido a custo de fatores — Bahia e Brasil, 1939-1980 (em %)

Anos	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil
1939	38,46	25,75	10,46	19,53	51,07	54,72
1948	42,73	27,66	7,88	21,44	49,38	50,90
1960	39,78	22,63	12,12	25,15	48,10	52,22
1969	35,35	17,14	9,79	29,47	54,86	53,39
1980	17,50	10,32	30,90	36,90	51,60	52,76

FONTE: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973, p. 568-569 e 1981, p. 764. *Informe conjuntural* — BA — 23, julho/1983, p. 366.

Deve ser mencionado a este respeito, que o Estado da Bahia é, agora, o único Estado nordestino com este perfil estrutural, ou seja, com o setor secundário bastante superior ao primário o que ocorre somente a partir de 1975.

É importante constatar também que o processo de urbanização da Bahia se deu, em sua primeira fase, independentemente de uma modificação inter-setorial da economia, como foi o caso do Brasil como um todo.

Ainda com relação ao setor primário, deve-se ressaltar que, se não houve uma reestruturação total que acompanhasse o crescimento urbano, em algumas áreas observa-se um importante dinamismo. Dentre estas, destacam-se as de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus — Cruz das Almas,

Barreiras, Jaguaquara — Itiruçu, Extremo Sul, Boa Nova — Poções, Conquista, Itapetinga, Chapada Diamantina e Irecê. É possível admitir, a este respeito que com a constante elevação dos custos de transporte rodoviário observado nos últimos anos, os produtores baianos terão um novo incentivo, podendo melhor aproveitar as vantagens locais e de mercado que dispõem.

Por outro lado, uma parte do dinamismo do setor primário baiano relaciona-se com uma nova e crescente demanda introduzida a partir de uma maior integração da Bahia no sistema econômico nacional. Isto seria válido para algumas culturas como dendê, seringueira, algodão, fruticultura, café, soja, etc., para a exploração vegetal e para uma parte da pecuária e para a exploração mineral.

A expansão destas atividades foi uma das forças responsáveis pelo dinamismo do processo de urbanização, favorecendo a formação e/ou crescimento de pequenos e médios centros urbanos.

No que diz respeito a relação entre urbanização e desenvolvimento industrial, observa-se, de um lado, que há uma importante associação direta entre os dois elementos na Região Metropolitana de Salvador. Com o dinamismo do setor industrial nesta área, obrigando uma alocação de vultosos investimentos em obras de infra-estrutura, ocorre também um dinamismo nas demais atividades urbanas, que tão bem caracterizou a vida metropolitana até recentemente<sup>2</sup>. Em escala menor, o exemplo de Feira de Santana seria o mesmo, ou seja, às atividades tradicionais da cidade vem se incorporando, na última década, um importante setor industrial. Para as demais cidades médias do interior, a associação entre atividades industriais e crescimento urbano é bem mais fraca, notando-se, entretanto, que a mesma poderá ser acentuada com o crescimento dos distritos industriais.

A recente e importante industrialização baiana além da concentrada espacialmente, na Região Metropolitana de Salvador, e de ter sido responsável pela mudança estrutural da economia estadual, ainda não conseguiu alterar, proporcionalmente ao quadro nacional, a composição da população economicamente ativa (PEA) pelos setores de atividade econômica<sup>3</sup>. Assim, enquanto em 1970 existiam 62,5% da PEA colocados no setor primário, em 1980 esta participação foi reduzida para 48,2% desse segmento populacional e esse decréscimo vai justamente engrossar o setor secundário que passou de 11,0% para 15,8% e o setor terciário, que de 26,5% em 1970, passa para 36,0% em 1980. Para o Brasil, os dados eram os seguintes para 1981: primário, 28,0%; secundário, 23,6% e terciário, 48,4%. A

<sup>2</sup> Um dos exemplos mais expressivos seria o da construção civil. Com 0,39% do território baiano, a Região Metropolitana de Salvador, concentra 18,6% dos habitantes do Estado e 40% do PIB baiano.

<sup>3</sup> A moderna industrialização baiana é também concentrada setorialmente nos segmentos químicos e metal-mecânico. V. Avena F.º (1983).

terciarização na Bahia tem sido certamente muito relacionada com o crescimento do setor informal, sobretudo urbano, o que deve ter adquirido ainda mais relevância nos 3 últimos anos graças à recessão econômica do País. A ainda pequena participação da PEA do setor secundário baiano deve-se ao modelo industrial intensivo de capital e poupador de mão-de-obra, adotado entre nós, do qual o setor petroquímico é um excelente exemplo. Entretanto, do ponto de vista setorial, a sua taxa de crescimento é a maior da última década: 6,51% a.a. contra 5,99% do terciário e apenas 0,19% do primário.

Por outro lado, é preciso frisar que o processo de urbanização do Estado vem sofrendo influência daquilo que se poderia chamar de “efeito da industrialização à distância”. Isto diz respeito ao crescimento da demanda das indústrias brasileiras e do exterior, proporcionando um incentivo a uma maior oferta dos setores produtivos baianos, com repercussões no sistema urbano. Esta nova demanda tem sido então responsável por uma parte expressiva do dinamismo industrial baiano, que se tem especializado na produção de insumos, e por uma parte do dinamismo do setor terciário. Este último tem procurado se adaptar ao seu novo papel de intermediação, tentando ainda disputar faixas do mercado nacional, sobretudo no caso do setor bancário, de firmas comerciais e de turismo, de consultoria e planejamento, de engenharia, etc.<sup>4</sup>.

Assim, a relação do setor terciário com o processo de urbanização tem também seus aspectos induzidos interna e externamente. Internamente, ela fica demonstrada, de forma cíclica, pela expansão dos serviços, destinada à satisfação da demanda crescente e, ao mesmo tempo, pela atração exercida pelo dinamismo do setor terciário, causando uma crescente procura de serviços por parte da população, que acaba contribuindo para configurar os movimentos migratórios.

Por outro lado, a evolução recente dos setores econômicos do Estado demonstra a natureza das modificações ocorridas:

TAB. 3: Taxa de crescimento anual do PIB da Bahia nas atividades econômicas — 1970/75, 1975/80 e 1970/80.

Setores	70/75	75/80	70/80
Agropecuária	15,9	2,3	8,6
Serviços	16,0	12,0	14,0
Indústria	19,6	10,0	14,7
Indústria de Transformação	22,0	18,2	19,6

FONTE: Informe conjuntural — Salvador, n. 22, jun. 1983.

<sup>4</sup> Como em outros setores, a crescente integração de uma economia periférica à central faz também que a periferia à concorrência de firmas da região central, o que tem ocorrido na Bahia com relação aos serviços.

Vejamos, a seguir, o dinamismo das relações econômicas inter-regionais e internacionais da Bahia, que constituem fatos importantes na compreensão dos problemas de urbanização.

Com base em um trabalho de Ritz (1972), é possível analisar a evolução da composição das exportações inter-regionais da Bahia até o final da década de 60.

TAB. 4: Composição percentual das exportações inter-regionais (1940-1969)

PRODUTOS	1940/54	1955/59	1960/64	1965/69
Matérias-primas	29,1	36,5	70,0	68,6
— petróleo e derivados	2,6	22,2	61,5	64,7
Gêneros alimentícios	20,3	23,1	8,6	6,1
Manufaturados	50,3	37,0	18,4	22,5
— produtos químicos	2,6	3,2	1,5	2,8
— maquinaria	5,9	5,3	2,6	4,0
— manufaturados classificados				
segundo a matéria prima	27,1	18,9	9,1	10,3
— outros manufaturados	14,7	9,6	5,3	5,4
Diversos	0,3	3,4	3,0	2,8

FONTE: Ritz, A. (1972), p. 76.

Observa-se também o grande predomínio das exportações de matérias-primas e produtos agrícolas. Com o início da petroquímica, no final dos anos 70, cresce a exportação, para o mercado interno, de manufaturados. Assim, os produtos petroquímicos representaram em 1982 cerca de 43% da receita dos manufaturados exportados para o resto do mundo e 21% do total das exportações internacionais do Estado. No comércio interestadual, constata-se um aumento no percentual de manufaturados, passando, no conjunto das exportações, de 64% para 71%, entre 1970 e 1980. Para o Exterior, os produtos básicos e semimanufaturados somaram, em 1971, cerca de 82%, sendo substituídos pelos manufaturados que, em 1980, atingem cerca de 50% das exportações internacionais.

Por isso, o intercâmbio comercial externo da Bahia tem sempre sido altamente favorável ao Estado<sup>5</sup>, mas, assim como já ocorreu anteriormente, no que diz respeito à expansão do cacau no início do século, com o domínio de um centro dinâmico nacional, “o setor externo pode efetivamente funcionar como fator de subdesenvolvimento”<sup>6</sup>. Entretanto, há importantes mudanças na Bahia. A balança comercial com os demais Estados da Federação era bastante deficitária para a Bahia. Um indicador

<sup>5</sup> Em 1972, por exemplo, a Bahia exportou US\$187 milhões e importou US\$ 101 milhões. Em 1973, a exportação baiana foi de US\$ 302 milhões e a importação de US\$ 120 milhões. V. *Boletim do Comércio Exterior da Bahia*, 1972, p. 343 e 1973, p. 373. Em 1982, a Bahia exportou US\$ 1 bilhão e importou US\$ 604 milhões. V. *Nordeste em dados*, Sudene, 1984, p. 143 e 149.

<sup>6</sup> Ritz, A. (1972), p. 79.

da mesma é constituído pelos dados sobre Comércio Interior por Vias Internas (Intercâmbio Comercial por Unidades da Federação) publicados pelo IBGE e pela SUDENE<sup>7</sup>. Os referentes ao ano de 1970 indicam que a Bahia exportou, em valores nominais, para as demais unidades da Federação a quantia de Cr\$ 518 milhões, importando Cr\$ 1.207 milhões, com um deficit, portanto, de Cr\$ 689 milhões. No que diz respeito às relações Bahia-São Paulo, o Estado da Bahia exportou para a mais desenvolvida unidade da Federação Cr\$ 191 milhões e importou Cr\$ 541 milhões, com um deficit de Cr\$ 350 milhões. O desequilíbrio interno era tão grande que causava um desequilíbrio geral nas relações comerciais da Bahia com os demais Estados e com o resto do mundo, vistos em conjunto. Assim, também para 1970, a Bahia exportou no global Cr\$ 1.264 milhões e importou Cr\$ 1.464 milhões, com um deficit de Cr\$ 200 milhões<sup>8</sup>.

É preciso considerar, entretanto, que o desequilíbrio interno era compensado por uma série de transferências do resto da Nação, nas quais se destacam as de capital, nos últimos 25 anos, via incentivos fiscais. Não havendo ainda um sistema de contas estaduais no Brasil tão preciso quanto o das contas nacionais, é praticamente impossível avaliar este importante aspecto com precisão. Os dados da SUDENE e do Ministério da Fazenda indicam, entretanto, uma recente e importantíssima alteração deste quadro<sup>9</sup>. A partir de 1980 o Estado da Bahia, com o aporte da petroquímica, torna-se superavitário em suas relações com o resto do País, ou seja, a Bahia vem exportando mais do que vem importando. E o mais surpreendente: a Bahia vem tendo relações superavitárias até com o Sudeste mais desenvolvido inclusive com o Estado de São Paulo. No Brasil, somente os Estados do Amazonas e São Paulo têm sido tradicionalmente superavitários. Em 1982, estas relações voltam a ser deficitárias para a Bahia, em pequena escala. Por outro lado, a arrecadação do ICM vem crescendo em termos reais: o pólo de Camaçari já representa 23% do total arrecadado e do CIA, 7,6%, enquanto a arrecadação do cacau contribuiu com 10,4% deste total.

Assim, e num sentido global, a indução externa continua sendo a força dominante do processo de urbanização relacionado com o do crescimento econômico-regional no Estado da Bahia. Contudo, uma importante modificação ocorreu nas últimas décadas, sendo acentuada particularmente na de 1960, continuando até nossos dias e constituindo-se em uma significativa tendência para os próximos anos. Trata-se da mudança quanto ao tipo de indução que, de externa ao Brasil, passou a ser referente às relações da Bahia com o resto do País, particularmente com a região central. Desta

<sup>7</sup> *Anuário Estatístico do Brasil* — 1972, p. 349.

<sup>8</sup> *Anuário Estatístico do Brasil* — 1972, p. 276 e 349. Por ausência de dados para alguns anos, não é possível construir uma série temporal expressiva.

<sup>9</sup> *Importações e Exportações do Nordeste do Brasil* — SUDENE — 1979 p. 44 e 1980 p. 46 e 185. *Revista de Finanças Públicas/Ministério da Fazenda* — Ano XLII, n.º 352, out. nov. dez./82, p. 38 e Ano XLII, n.º 357, jan. fev. mar./84, p. 26

maneira, é bastante expressivo que, recentemente, as exportações baianas para os demais Estados brasileiros já tenham superado as destinadas ao resto do mundo. Assim, em 1971, a Bahia exportou para o resto do Brasil US\$ 149 milhões e para o exterior US\$ 154 milhões e em 1961, a Bahia exportou para o resto do mundo US\$ 86 milhões e para os demais Estados brasileiros US\$ 43 milhões, ou seja, exatamente 50% menos<sup>10</sup>.

Os dados de meados da década de 70 revelam uma superioridade das transações internas sobre as externas, o que representa um fato muito significativo do ponto de vista econômico e geográfico, com evidentes repercussões no sistema urbano-regional. Esta superioridade das relações internas fica expressivamente confirmada pelos seguintes dados para 1980:

TAB. 55: Exportações e Importações da Bahia — 1980 (em bilhões de Cr\$).

Áreas	Exportações	Importações	Total
Brasil	142,6	100,0	242,6
Exterior	56,8	44,9	101,7

FONTE: SUDENE. *Importações e Exportações no Nordeste do Brasil* — 1980, p. 46 e 197

Portanto, as relações com o resto do País superam agora em 2.38 vezes as relações com o resto do mundo<sup>11</sup>. Deste modo, é muito expressivo que a terceira cidade do Estado poderá brevemente ser Vitória da Conquista e não mais Itabuna.

A primeira representa bem o desenvolvimento recente das relações da Bahia com a “core region” do País, enquanto que a segunda simboliza em muito as relações externas, pelo fato de ser o maior centro urbano da densa zona cacauêira. Entretanto, com a conclusão recente do asfaltamento da rodovia Rio-Bahia litorânea (BR-101), um grande impulso está sendo dado às relações do Extremo Sul e da Zona Cacauêira com a região sudeste, com o que Itabuna se beneficia duplamente, podendo assim conservar a

<sup>10</sup> A comparação foi feita tomando-se as exportações “internas” e “externas”, sendo que para o resto do Brasil como indicador a exportação por vias internas. Achou-se o valor em dólares com base no câmbio médio do ano para 1971 e para 1961 no câmbio de 31-12-61, para compra, do Banco do Brasil. V. *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973, p. 296, 371 e 491; *Anuário Estatístico do Brasil* — 1963, p. 164 e 229; *Anuário Estatístico do Brasil* — 1964, p. 187

<sup>11</sup> Usando dados de exportação do Departamento Estadual de Estatística e de renda da Fundação Getúlio Vargas, A. Ritz calculou o coeficiente de exportação da Bahia, ou seja, a relação entre o valor das exportações e a renda interna, no período de 1950 a 1969, chegando à conclusão que, no período acima, “a economia baiana modificou suas relações externas no sentido de intensificar as vinculações com o resto do País de maneira que hoje o mercado nacional constitui um dos elementos mais dinâmicos para o desenvolvimento da Bahia”. Para 1969, o elevado coeficiente global das exportações seria de 37,38%, sendo 19,05% das exportações internacionais e 18,33% o das inter-regionais. V. Ritz, A. (1972), p. 66.

terceira posição. Um outro exemplo de interdependência do sistema urbano com a maior integração da economia baiana na economia brasileira é dado pelo grande crescimento das cidades e povoados do Extremo Sul e pelas previsões que se fazem para Barreiras, na região oeste do Estado.

Finalmente, a própria cidade do Salvador tem-se beneficiado bastante com a maior integração da economia estadual com a nacional, sem o que não seria possível entender a rápida expansão urbana e o importante processo de metropolização, com as áreas industriais de Aratu e Camaçari, inseridas não somente em um contexto regional mas agora em um quadro de relações nacionais e internacionais de importância fundamental.

#### IV. MUDANÇAS NO SISTEMA URBANO

As alterações sofridas pela economia baiana, em termos estruturais e no seu relacionamento externo e o novo perfil do sistema de transporte e comunicações, foram, pouco a pouco, tendo repercussões no processo de urbanização com uma conseqüente mudança na configuração do sistema urbano.

Em trabalho anterior (Silva, 1978) analisamos o processo de urbanização do Estado, em que destacamos:

a) crescimento expressivo da taxa de urbanização do Estado da Bahia, passando de 23,9% em 1940 para 49,4% em 1980;

b) aceleração do crescimento urbano e importante queda relativa da população rural medida pelas taxas médias geométricas anuais a partir de 1950, período em que se configura com nitidez a maior inserção da Bahia no contexto do País;

c) crescimento relativamente importante para as cidades acima de 20.000 habitantes, que passam a apresentar um maior número de cidades e com população crescente;

d) importante crescimento de Salvador mas, em muitos casos, inferior ao das cidades intermediárias do Estado, demonstrando a relevância de um processo de difusão da urbanização por dentro do território, resultado da maior integração da economia regional na economia nacional.

A tabela 6 comprova as afirmações acima. De imediato, deve ser chamada a atenção para o crescimento absoluto e relativo das cidades acima de 20.000 habitantes e de 100.000 habitantes. As acima de 20.000 habitantes, segundo os critérios da ONU, indicam um índice internacional de urbanização. Em 1940, só existia a cidade de Salvador com este tamanho, ao lado de 19 pequenas cidades entre 5.000 e 20.000 habitantes. Esta situação é, portanto, típica do modelo de primazia urbana. Em 1980, com a maior difusão da urbanização, o Estado passa a ter 30 cidades acima de 20.000 habitantes.

As cidades acima de 100.000 habitantes, correspondendo ao critério da ONU para a definição de centros intermediários, são agora 4 sendo que Salvador sozinha manteve este privilégio até 1960.

TAB. 6: Distribuição da população das localidades com 5.000 ou mais habitantes por faixas nos períodos 40-50-60-70-80 — Estado da Bahia.

Anos	Faixas	Entre 5 e 10 mil hab.		Entre 10 e 20 mil hab.		Entre 20 e 50 mil hab.	
		Número de localidades	População total	Número de localidades	População total	Número de localidades	População total
1940	10	74.224	9	121.495	—	—	—
1950	16	109.371	8	100.709	5	121.293	—
1960	26	177.770	16	222.932	5	186.090	—
1970	47	302.384	27	355.113	8	218.034	—
1980	67	462.494	33	448.826	20	577.299	—

Anos	Faixas	Entre 50 e 100 mil hab.		Entre 100 e 300 mil hab.		Mais de 300 mil hab.	
		Número de localidades	População total	Número de localidades	População total	Número de localidades	População total
1940	—	—	—	1	290.443	—	—
1950	—	—	—	—	—	1	389.422
1960	2	115.880	—	—	—	1	620.772
1970	5	351.936	1	129.472	1	1.017.591	—
1980	6	412.737	3	487.694	1	1.520.793	—

FONTE: IBGE. *Censos e Sinopses Demográficos da Bahia — 1940-50-60-70-80. Comportamento Demográfico e Divisão Territorial do Estado da Bahia — CPE — 1976.*

A tabela 7 mostra, de forma mais resumida, o número e a população das cidades acima de 5.000, 20.000 e 100.000 habitantes para o período 1940/1980.

TAB. 7: População das cidades, segundo o tamanho no período de 1940-80

Anos	Pop. das cidades acima de 5.000 hab.	Número de centros	Pop. das cidades acima de 5.000 hab.	Número de centros	Pop. das cidades acima de 5.000 hab.	Número de centros
1940	486.162	20	290.443	1	290.443	1
1950	732.971	32	510.715	6	389.422	1
1960	1.329.404	50	928.742	8	620.772	1
1970	2.374.580	89	1.717.023	15	1.147.063	2
1980	3.956.347	136	2.998.523	30	2.008.487	4

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos da Bahia — 1940-80.*

Em termos relativos, a taxa de urbanização, segundo a definição da ONU, passa de 7,4% em 1940, para 31,6% em 1980 e a taxa de urbanização das cidades médias passa de 7,4% para 21,2%, conforme mostra a tabela 8.

TAB. 8: Participação relativa da população das cidades segundo o tamanho sobre a população total no período de 1940-80.

Anos	População das cidades acima de 5.000 hab. (%)	População das cidades acima de 20.000 hab. (%)	População das cidades acima de 100.000 hab. (%)
1940	12,4	7,4	7,4
1950	15,9	10,6	8,6
1960	22,2	15,5	10,4
1970	31,7	22,9	15,3
1980	41,8	31,6	21,2

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos da Bahia — 1940-80.*

Este dinamismo da população urbana do Estado deve ser visto também sob uma perspectiva espacial. Analisando a dinâmica da distribuição espacial dos centros urbanos, podemos fazer os seguintes comentários:

a) nota-se uma expressiva concentração urbana nas zonas cacauéira e Recôncavo, com uma tendência, em algumas sub-áreas, à formação de uma rede densa, com os núcleos bem próximos entre si;

b) a partir do Recôncavo, devido ao papel de Salvador (mas também a partir do eixo Ilhéus-Itabuna), observa-se uma distribuição ao longo dos grandes eixos rodoviários, formando uma estrutura concêntrica interligada pela malha rodoviária;

c) persistência de “vazios” urbanos na Chapada Meridional, no Norte do Estado e em áreas do Extremo Oeste, áreas em que os núcleos dispõem de menos de 5.000 habitantes.

Por outro lado, durante muito tempo, foi possível afirmar que a urbanização do Estado da Bahia, confundia-se com a importante posição da Capital em uma região de fraquíssima vida urbana. Como vimos, alguns trabalhos de M. Santos (1956, 1959), por exemplo, valorizaram a macrocefalia de Salvador com relação a um frágil corpo interiorano. “Toda a história econômica regional proporcionou a Salvador uma concentração de funções e recursos, sempre e cada vez mais forte, em relação ao resto do Estado” (Santos, 1959, p. 67).

Apesar desta realidade ter ainda muita significação em nossos dias, é preciso, contudo, observar a existência de uma nova tendência que introduz uma importante modificação no sentido de uma expansão da urbanização conforme demonstramos anteriormente, em particular com a multiplicação e difusão dos centros urbanos acima de 20.000 e 100.000 habitantes.

Vejamos, neste aspecto, mais alguns importantes elementos relativos ao processo de urbanização destacando a importância de Salvador.

Primeiramente, a participação da população do município de Salvador sobre o total do Estado, que vinha oscilando do final do século passado até a década de 1940, vem tendo um constante crescimento a partir de 1950, conforme demonstra a tabela abaixo:

TAB. 9: Participação (em %) da população do município de Salvador sobre a do Estado da Bahia — 1972-1980.

Anos	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Município de Salvador / Estado da Bahia %	9,4	9,1	9,7	8,5	7,4	8,6	11,0	13,4	15,9

FONTE: Calculado segundo os dados do IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973 e 1981.

Entretanto, apesar de ter aumentado nas últimas décadas, a participação de Salvador ainda não é tão expressiva como em vários países e Estados brasileiros. Vejamos agora a comparação com base no conceito de Região Metropolitana.

TAB. 10: Participação (em%) da população dos municípios da Região Metropolitana de Salvador sobre a do Estado da Bahia — 1940-1980.

Anos	1940	1950	1960	1970	1980
Municípios da Região Metropolitana/ Estado da Bahia (%)	8,4	9,5	12,2	15,6	18,6

FONTE: Calculado segundo os dados do IBGE. *Censos Demográficos* — Bahia — 1940-1980.

Por outro lado, o crescimento da população do município de Salvador, comparativamente ao do Estado como um todo, vem apresentando taxas bem superiores, nas últimas décadas, após ter tido taxas inferiores:

TAB. 11: Comparação entre as taxas geométricas de crescimento anual da população do município de Salvador e a do Estado da Bahia — 1872-1980

Anos	1872/ 1890	1890/ 1900	1900/ 1920	1920/ 1940	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1980
Salvador	1,7	1,7	1,6	0,1	3,7	4,6	4,4	4,3
Estado	1,8	1,0	2,3	0,8	2,1	2,2	2,3	2,4

FONTE: Calculado segundo os dados do IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil* — 1973 e 1981.

Estabelecendo agora uma comparação com base em cidades, um outro fato importante é que, apesar do crescimento da cidade do Salvador ter sido mais importante nas últimas décadas, o mesmo não tem sido superior à média das cidades intermediárias do Estado. Isto será também válido para a comparação com base no conceito de Região Metropolitana.

TAB. 12: Comparação entre as taxas geométricas de crescimento anual da população de Salvador, das cidades da Região Metropolitana de Salvador e das cidades intermediárias do Estado — 1940-1980

	Taxas geométricas de crescimento anual			
	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Salvador	3,0	4,9	4,9	4,3
Região Metropolitana de Salvador	3,0	5,2	5,0	4,5
Cidades Intermediárias(*)	5,1	7,5	5,3	6,6

(\*) Feira de Santana, Itabuna, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Itapetinga e Alagoinhas. Paulo Afonso não foi considerada por ter surgido recentemente, aparecendo nas estatísticas somente a partir de 1960, e pela sua grande dependências do papel da CHESF.

FONTE: Calculado segundo os dados do IBGE. *Censos Demográficos* — Bahia 1940-1980.

Como se vê, as cidades intermediárias vêm tendo, em conjunto, um crescimento superior ao de Salvador e ao de sua Região Metropolitana.

Assim, a participação das cidades intermediárias é crescente no conjunto da população estadual:

TAB. 13: Participação (em %) da população das cidades intermediárias sobre o total do Estado 1940-1980.

Anos	1940	1950	1960	1970	1980
Cidades intermediárias/ Estado da Bahia (%)	2,34	3,26	5,44	7,32	10,93

FONTE: Calculado segundo os dados do IBGE. *Censos Demográficos* — Bahia 1940-1980.

Desta forma, a primazia de Salvador sobre as cidades intermediárias vem diminuindo para 1980:

TAB. 14: Proporção entre a população de Salvador e a segunda mais populosa cidade, as 4 mais populosas e as 10 mais populosas do Estado — 1940-1980.

Cidades e Grupos de Cidade	Anos				
	1940	1950	1960	1970	1980
Segunda classe	18,48	14,66	10,23	7,85	5,94
4 mais populosas cidades	4,94	4,06	3,02	2,76	2,22
10 mais populosas cidades	2,28	2,08	1,70	1,65	1,33

FONTE: IBGE. *Censos Demográficos* — Bahia — 1940-1980.

Assim, é possível observar que se Salvador exercia sozinha o mais importante papel no processo de urbanização do Estado, a partir de 1960 ela o faz com sua região metropolitana e a este papel de Salvador ter se juntado, crescentemente, o das cidades intermediárias do Estado, rompendo a exclusividade da capital.

## V. CONCLUSÃO

A importante inserção do sistema urbano da Bahia no contexto nacional, que vem se realizando progressivamente sobretudo nas últimas 4 décadas, é o resultado do processo de integração setorial e espacial da economia nacional.

Neste processo, a Bahia conhece profundas mudanças estruturais e em suas relações econômicas, sendo possível identificar algumas fases características da urbanização:

a) a primeira delas pode ser definida como a da difusão da urbanização no território do Estado, rompendo a típica primazia de Salvador. Centros urbanos localizados ao longo dos eixos de integração nacional são privilegiados, crescendo com altas taxas. Feira de Santana e Vitória da Conquista são os exemplos mais expressivos. Esta fase, em termos característicos, iria de 1950 até meados da década de 70;

b) uma segunda fase reforça novamente a metropolização, tomada em seus diversos aspectos de Salvador, com o crescimento do seu parque industrial, sobretudo com a implantação da petroquímica. O seu período mais típico seria contado a partir de meados da década de 70 até hoje.

Assim, em nossos dias, o Estado da Bahia, inserido fortemente no contexto nacional e tendo alterado consideravelmente suas relações com o Exterior, conhece um impasse entre a continuidade de um importante papel da expansão da urbanização e de seus benefícios, em termos de difusão espacial, e um recrudescimento das forças de metropolização, acentuando a concentração em torno de Salvador. O balanço entre estas duas tendências, no contexto das relações econômicas e espaciais do Estado da Bahia, definirá o padrão do sistema urbano regional nesta segunda metade da década de 80.

Este padrão, teoricamente, deverá assegurar, com maior ou menor eficiência, as condições básicas do futuro processo de distribuição de bens e serviços a nível espacial. Isto coloca, portanto, importantes questões de política urbana e regional a serem definidas em busca de um padrão ideal para o sistema urbano, que maximize a distribuição de bens e serviços, contribuindo para uma maior interação espacial e para o desenvolvimento mais equitativo da região.

## BIBLIOGRAFIA

Avena F.º, A. O Estado Mono-Industrial: as mudanças na composição do produto industrial baiano. *Informe Conjuntural*, Salvador, (19): 59-67, fev. 1983.

- Becker, B. Crescimento econômico e estrutura espacial do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34(4), 101-106, out./dez. 1972.
- Duarte, A. C. Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 25(4), 453-474, out./dez., 1963.
- Mattoso, K. M. de Q. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado do Século XIX. São Paulo, Hucitec, 1978.
- Oliveira, F. de. O Estado e o Urbano no Brasil. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, (6):36-54, jun./set., 1982.
- Ritz, A. Exportações e desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Universitas*, Salvador, 11:59-81, UFBA, 1972.
- Santos, M. O Papel Metropolitano da Cidade do Salvador. *Revista Brasileira dos Municípios*, Rio de Janeiro, ano IX (35-36): 185-190, jul./dez., 1956.
- Santos, M. O centro da cidade do Salvador. Salvador, Livraria Progresso Ed., 1959.
- Silva, S. C. B. M. e Xavier, E. A. Considerações sobre uma política de desenvolvimento regional para o Estado da Bahia. In: *Projeto de Regionalização administrativa para o Estado da Bahia*, Vol. 1: 107-115, UFBA-CPE, 1973.
- Silva, S. C. B. M. "Te process of urbanization in the State of Bahia/Brazil". *Boletim de Geografia Teórica*, Vol. 8, n.º 15: 45-57, 1978.
- Silva, S. C. B. M. Cartografia da Acessibilidade e da Interação no Estado da Bahia, *Geografia*, 7 (13-14), 51:73, 1982.
- Williamson, J. C. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. *Economic Development and Cultural Change*, 13(1965): 3-45.